

## DEMAGOGIA NAS CAMPANHAS ELEITORAIS E SEUS IMPASSES PARA A DEMOCRACIA

Duas discussões fundamentais perpassam a presente edição de Contextus, dedicado à análise de alguns fatos que marcaram o primeiro semestre de Romeu Zema (Novo) como governador de Minas Gerais. A primeira se refere à discrepância entre o discurso feito durante a campanha eleitoral para governador e as práticas adotadas depois, no dia a dia da administração pública. A segunda discussão diz respeito à constatação de que há um claro projeto político em andamento, ainda que, paradoxalmente, seus proponentes apresentem tal projeto como puramente técnico e antipolítico.

Na leitura dos fatos que aqui se propõe, procura-se acompanhar e compreender o modo como vêm ganhando concretização algumas das mais incisivas promessas de campanha. Elas foram feitas para atender ao gosto popular e às simplificações que comumente frequentam as páginas de jornais: a redução de secretarias como forma de contenção de gastos; a redução dos salários de políticos ou mesmo a desistência de recebê-los; o corte de cargos comissionados; a austeridade nas despesas públicas; o uso do palácio ou das aeronaves do governo.

Todas essas são questões – entre várias outras – têm forte apelo à emoção popular, mas seu impacto efetivo nas contas do estado se mostra bastante discutível quando se convertem em medidas administrativas. Todos esses temas estiveram na pauta ao longo desses seis meses. Eles seguem gerando polêmica porque, ao assumir o mandato, o novo governo tem feito a defesa de práticas que antes eram por ele mesmo associadas à velha política.

Ao dar visibilidade para as contradições entre o discurso eleitoral e a prática de gestão, espera-se pôr em evidência o estado de fragilidade em que a sociedade se encontra para proteger-se frente a discursos eleitoreiros e vazios que se perpetuam em diferentes pleitos eleitorais. Nesse sentido, a democracia não tem encontrado mecanismos claros para combater ou evitar as práticas demagógicas.

A segunda discussão subjacente a esta análise é o reconhecimento de que existe um projeto político em andamento no estado. Não deixa de ser surpreendente essa constatação na medida em que ela contraria uma análise – válida talvez até há bem pouco tempo – de que os projetos em vigência se

mostravam mais como projetos pragmáticos de conquista e manutenção do poder, mas não se caracterizavam por planos de governo ou por uma identidade ideológica capaz de mobilizar e cativar o eleitor.

É difícil precisar se e em que medida esse cenário mudou. No entanto, presente-se na leitura do presente documento a existência de um projeto político travestido de um autodeclarado tecnicismo e da recusa ao modo tradicional de operação da política. Ainda que assumidamente provisória, assume-se como hipótese de análise do atual contexto a ideia de que, em Minas Gerais, a economia tem mostrado sua face eminentemente política. Por óbvio, fazer tal afirmação não significa supor que as disputas pela conquista e manutenção do poder tenham deixado de existir.

Para desenvolver a análise, foram considerados os principais embates durante a tramitação da reforma administrativa na Assembleia Legislativa e que culminaram com a proibição do pagamento de jetons e com o impasse em torno do valor a ser pago em salário aos secretários de governo.

Outro tema – que reflete o projeto político-econômico em andamento – é a adesão do estado de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal, nos termos propostos pelo Governo Federal. Esse assunto deve dominar a atenção, tanto no Executivo como no Legislativo, pelo menos ao longo do próximo semestre.

Conclui-se com a recuperação de alguns fatos que ocuparam a pauta política no estado nos últimos tempos, como o uso das aeronaves, a política de comunicação e a participação do PSDB no governo Zema. São situações que, por razões diversas, se tornaram conflitantes com a ideia de nova política em cuja defesa se elegeu o governador.

## **REDUÇÃO DE SECRETARIAS E CORTES DE CARGOS COMISSIONADOS TÊM IMPACTO FINANCEIRO ESCASSO**

Nos primeiros meses de mandato, Romeu Zema (Novo) teve como principal desafio fidelizar, para seu governo, uma base de apoio na Assembleia Legislativa. Essa tarefa tem se mostrado mais complexa do que costuma ser normalmente, pois Zema foi eleito graças a uma plataforma de valores que, confundindo a política com seus vícios, nega a importância das negociações entre as forças e partidos existentes na sociedade. O próprio Estado é visto como um empecilho ao desenvolvimento econômico.

Em razão disso, foi ficando claro, já no início, que o governador mostra certa desenvoltura ao falar com empresários e ao empregar a linguagem do mercado. O mesmo não acontece, porém, quando se trata de fazer política, negociando para fazer convergir, de maneira pragmática, os pontos de vista discordantes que compõem a sociedade.

Começou truncado o diálogo com os prefeitos dos municípios que, desde o governo anterior, estavam sendo privados dos repasses de impostos a eles devido. Houve atrito também no trato com segmentos do funcionalismo público. Pouca interlocução se viu com lideranças sociais.

O diálogo com o Legislativo não foi diferente. Durante os primeiros meses, parlamentares se queixavam do menosprezo com que estavam sendo tratados. Em declarações públicas, houve deputado que afirmasse estar se sentir ignorado pelo governador.

Foi nesse ambiente que chegou ao Parlamento a reforma administrativa, principal projeto do Executivo neste semestre. Em meio a relações estremecidas, esse foi um dos mais importantes testes para mensurar o apoio que o Executivo foi capaz de alinhar no Parlamento.

A reforma administrativa sempre é feita em início de mandato. Governos recém-empossados usualmente fazem tal reforma, por meio de um projeto de lei, visando reorganizar e redistribuir funções entre as diversas secretarias e outras estruturas de Estado.

No caso do governo Zema, foram vários meses de discussão e muitas negociações com a Assembleia Legislativa até que a reforma pudesse ser aprovada. Recebeu mais de trezentas emendas. Algumas medidas polêmicas que o Executivo havia proposto foram revertidas: manteve-se o controle do Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (Ipsemg) na Secretaria de Planejamento (Seplag); a extinção da Escola Pública de Saúde foi anulada; mantiveram-se as 110 mil vagas em escolas de tempo integral (o governo pretendia extinguir 80 mil dessas vagas).

Foram acatadas, entre outras mudanças, a redução de secretarias (eram 21 e passaram a ser 12) e o corte de cargos comissionados no Executivo. Estima-se uma economia de R\$ 900 milhões ao longo dos quatro anos de governo. Isso implica que serão poupados, anualmente, R\$ 225 milhões. Em termos percentuais, esse número representa menos de um por cento do orçamento estadual.

Por seu caráter diminuto, vários analistas questionaram se a aprovação desse projeto valeu a pena para o governo, dado o desgaste político por que passou. Serviços foram desmontados ou precarizados para que se alcançasse tal redução. Em janeiro, Romeu Zema sancionou o orçamento de 2019 com um déficit de R\$ 11,4 bilhões. A economia obtida com a reforma representa um corte de 0,2% nos gastos do Estado, projetados em R\$ 111,77 bilhões neste ano. Para o ano que vem, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada no final de junho, prevê um rombo semelhante nas contas do estado: o déficit projetado para 2020 é de R\$ 11,3 bilhões.

Vale lembrar que, durante a transição entre governos, a equipe do governador havia apontado um desfalque muito maior, podendo chegar a R\$ 30 bilhões. Projetado sobre esse valor, o impacto da reforma administrativa seria ainda menos significativo.

Redução de secretarias (ou de ministérios, no plano federal) e o corte de cargos comissionados são temas que produzem forte apelo eleitoral, pois a opinião pública costuma se impressionar com os números absolutos, sem dar a devida atenção ao que eles representam proporcionalmente nas contas do estado. Essa percepção distorcida é cultivada nas análises que se publicam na mídia empresarial.

Para agradar o grande público, nas últimas décadas todos os governos – ao promoverem reformas administrativas – começaram menores do que seu antecessor. A história mostra, porém, que todos eles terminaram maiores do que o proposto no desenho de suas respectivas reformas administrativas. As mudanças feitas podem ter um efeito midiático e, no máximo, contribuem para adequar a máquina pública a certa perspectiva de governo.

No entanto, os números levam a perceber que, comparativamente, esse tipo de corte nos gastos tem um impacto real discutível. Sobretudo, parece justificar-se o ceticismo de parte dos analistas políticos frente às pretensões, declaradas pelo atual governador, de “consertar Minas em quatro anos”. Alguns desses analistas têm expressado sua dificuldade para perceber como os números citados acima podem representar o cumprimento das promessas eleitorais feitas por Zema de que cortes de gastos produziram o saneamento das contas do estado.

A proposta encaminhada pelo governo Zema foi aprovada no final do mês de abril. Entretanto, apesar de ter sido unanimemente aceita pelos 66 deputados presentes, tal aprovação não foi considerada uma vitória para o Executivo, pois o debate e o processo de construção da versão definitiva foram mais tortuosos do que se viu em início de governos anteriores.

Em meio às numerosas intervenções dos parlamentares no projeto do governo, impuseram-se cortes nos gastos públicos maiores do que os já previstos na proposta governista. Nas notícias publicadas na imprensa corporativa e em *blogs* dedicados ao acompanhamento da política mineira, a tramitação da reforma administrativa na Assembleia foi descrita como um longo processo de negociação, entremeado pela crítica às políticas adotadas pelo governo Zema.

## **GOVERNADOR MUDA DE OPINIÃO SOBRE JETONS PAGOS A CONSELHEIROS DE ESTATAIS**

Durante a tramitação da reforma administrativa, as críticas por “incoerência do governo” em face das promessas de campanha feitas por Zema foram se materializando na imposição de derrotas ao governador. Em algumas dessas medidas impostas, o seu valor simbólico chega a ser tão importante quanto seus efetivos desdobramentos. É exemplo disso a determinação de que secretários de estado não possam receber pagamentos adicionais (os jetons) pelo exercício da função de conselheiros em empresas que tenham o Estado como acionista. O debate se acirrou ainda mais com as notícias que, tempestivamente, vieram a público na imprensa.

Em meados de abril, o jornal **Estado de Minas** havia publicado a notícia de que que secretários do governo Zema estavam sendo indicados para conselhos de empresas públicas. De acordo com a matéria, a participação em diferentes conselhos acresce significativamente o salário pago pelo exercício do cargo de secretário. Entre os casos mencionados na reportagem, destaca-se que um desses secretários, que acumula também a função de conselheiro, estaria ganhando mais de R\$ 26 mil mensais.

Em que pese esse valor, essa situação não é inédita. Na gestão anterior, o governo Pimentel foi duramente criticado – inclusive pelo próprio candidato Romeu Zema em 2018 – porque secretários de estado teriam acumulado rendimentos de até R\$ 50 mil em razão de adicionais por participação em conselhos de empresas públicas.

De fato, a indicação de secretários e de outros quadros políticos para compor conselhos de empresas em que o estado tem participação acionária (Cemig, Copasa, entre outras) é uma prática adotada, nas últimas décadas, por todos os governos. Graças a esse expediente, secretários de estado têm seus rendimentos incrementados pela remuneração mensal que recebem por participarem de reuniões periódicas.

Múltiplas são as críticas feitas a esse procedimento, considerado uma manobra política. Os críticos afirmam que, com isso, cria-se um grupo de servidores públicos privilegiados pela indicação para exercerem atividades diversas daquelas que já fazem de ofício. Tal escolha não se daria com base em critérios meritocráticos, mas sim num personalismo que cria distorções e enriquecimento de uns poucos. Historicamente, em distintos governos, esse tipo de expediente se configurou com um pagamento de apoios políticos e outras trocas escusas.

A questão é que as remunerações em estatais e o fim dos “privilégios” foram tema das promessas eleitorais do então candidato Romeu Zema (Novo) que considerava os jetons altos demais. Ele foi eleito com a promessa de que, em seu governo, não mais se repetiria esse modelo. Mesmo em 2018, seu discurso eleitoral já recebia críticas pelo binarismo típico do fenômeno chamado de “antipolítica” – candidatos oriundos de outras áreas (empresários, apresentadores de televisão, artistas, desportistas...) que disputam eleições mas se dizem “não políticos”.

Como costuma acontecer nesses casos, o então candidato a governador atacou certas práticas de governo, tratando a gestão privada e empresarial como naturalmente boa na mesma medida em que práticas da administração pública eram então reputadas como ineficientes e corruptas. O pagamento de jetons era discutido pelo candidato Zema como um uso abusivo do dinheiro público.

Já no exercício do mandato, o atual governo tem feito a defesa do pagamento dos jetons com um argumento diverso. A indicação de servidores públicos em cargos comissionados para compor conselhos de estatais seria uma forma de atrair e manter pessoas que – assim se diz – poderiam contribuir na administração pública. Tais pessoas teriam alta qualificação e dificilmente viriam para o setor público

porque conseguiriam ganhar, no setor privado, significativamente mais do que o valor bruto de R\$ 10,7 mil que um secretário recebe como salário em Minas Gerais.

No calor do debate, o governo emitiu nota assumindo que vários de seus secretários comporiam conselhos fiscais de empresas nas quais o Executivo estadual é acionista. Afirma-se que tais servidores estariam ali para representar o Estado e, sendo conhecedores das políticas públicas do governo, contribuiriam para um “alinhamento de prioridades”. Referindo-se especificamente aos secretários de estado que se encontram nessa condição, na nota o governo os caracteriza como “profissionais”. Essa qualificação aparece de forma quase casual, parecendo sugerir que o perfil alegadamente técnico que respalda tais indicações, por si só, anularia o caráter eminentemente político nunca ausente desse tipo de decisão.

Dado esse contexto, vários dentre os analistas políticos chamaram a atenção para o simbolismo da medida que impediu ao Governo o uso desse estratagema. Eleito por seu discurso contra os políticos, os deputados impuseram ao governador o cumprimento de suas próprias promessas de campanha, não obstante o fato de algumas delas criarem graves dificuldades para o governo.

Na imprensa, declarações de deputados demonstram que houve a intenção de obrigar o governador a conviver com as consequências de suas propostas eleitorais. Alguns parlamentares consideraram que a atitude de Zema foi “demagógica” e carregada de “hipocrisia”. Dizem esperar do governador, agora, uma “atitude de humildade”.

Seja como for, no final de maio, o governador vetou a emenda que proíbe o pagamento de jetom aos secretários. A ratificação desse veto exige do governo a capacidade de articulação de uma maioria entre os parlamentares. Estão acontecendo negociações para que a apreciação desse veto ocorra antes do recesso parlamentar, em 18 de julho. Já na primeira quinzena de julho o veto passará a impedir a votação de outros assuntos na Assembleia Legislativa. Apesar disso, há possibilidade de que o tema venha a ser rediscutido no Parlamento somente a partir de agosto.

O episódio dos jetons explicita um problema que tem se repetido em diferentes eleições. Muitas vezes os eleitores assistem – com impotência e, por vezes, com indiferença – às notícias de candidatos que chegam a registrar em cartório promessas irrealizáveis. Algumas delas inclusive contrariam a legislação em vigor. Se depois tais candidatos vencem as eleições, não existem mecanismos para exigir o cumprimento do discurso eleitoral.

Com a multiplicação dos candidatos que se dizem “antipolíticos” ou “de fora da política” têm se disseminado tais casos de flagrante engano da população. Analistas desse fenômeno atribuem essas promessas inexecutáveis ao despreparo e ao desconhecimento da administração pública por parte dos candidatos. Outros consideram que essa prática pode nascer também da má fé e do uso do *marketing* político para ludibriar os eleitores.

## REFORMA ADMINISTRATIVA AUTORIZA: GOVERNADOR E SECRETÁRIOS DE ESTADO PODEM RENUNCIAR AO RECEBIMENTO DE SALÁRIOS

Além do impedimento à remuneração por jetom para secretários participantes de conselhos nas estaduais, os deputados impuseram outra medida, na reforma administrativa, com impacto sobre a equipe do governo. Trata-se da prerrogativa atribuída ao governador, ao vice-governador e ao secretariado de abrir mão de seus salários ou limitar-se a recebimentos no valor de um salário mínimo.

Durante a campanha eleitoral, o governador havia prometido que ele próprio e os secretários de seu governo não teriam vencimentos enquanto perdurasse o parcelamento dos salários dos demais servidores públicos. Contrariando a legislação vigente, o objeto da promessa feita pelo candidato era ilegal. A legislação vedava ao governador, a seu vice e a seu secretariado a possibilidade de abrir mão de salários. Tanto é que, para aparentar o cumprimento de sua promessa, o governador tem dito que está doando seus vencimentos a instituições de caridade.

Por isso, alguns analistas políticos descreveram a medida inserida pelos deputados na reforma administrativa como uma “pegadinha”. Vetar uma medida que, em última análise, possibilitaria o cumprimento de suas promessas eleitorais representaria outro desgaste para o governador. Nos próximos meses, Zema e sua equipe devem manifestar sua opção entre continuar recebendo o salário normalmente ou passar a receber os R\$ 998 correspondentes ao salário mínimo.

Segundo suas próprias palavras, apenas depois de sua posse o governador se deu conta de que a promessa de abrir mão de salários era irrealizável. Justifica o erro cometido dizendo ser esta a primeira vez que assume um cargo público e reconhece que, na campanha, não tinha conhecimento pleno sobre a questão. Isso não o impediu de, naquela época, descrever o pagamento de jetons como um “puxadinho” ou um “penduricalho” que onerava os cofres públicos. Mesmo como governador ele já havia descrito como uma “prática condenável” o incremento de salários por meio de jetons.

A explicação do governador para a discrepância entre discursos de campanha e discurso de governo foi recebida com duras críticas. Houve quem dissesse que, na condição de candidato a governador da terceira economia do país com mais de vinte milhões de pessoas, Zema teria ignorado informações que são de domínio público e que poderiam ser obtidas com um simples acesso ao Portal da Transparência. O site **Os novos inconfidentes** (14 jun. 2019) chega a afirmar que o governador pede desculpas por sua “inexperiência”, mas seu caso seria reflexo de sua escolha pela demagogia como “caminho mais fácil até o voto”. E conclui: “O caso de Zema não é de despreparo e sim de irresponsabilidade. E para isso não há desculpas.”

A doação dos próprios salários a instituições que prestam serviços de assistência social pode ter um apelo moral e produzir ativos eleitorais para o governador. Do ponto de vista pragmático, porém, mal

se oculta o fato de que o dinheiro pago a ele em salários não está retornando ao caixa do estado. Portanto, o salário do governador segue pesando no orçamento público e a ação se mostra inócua.

Também os secretários de estado têm recebido regularmente seus vencimentos. Não há notícias de que estejam abrindo mão do benefício que lhes é garantido por lei. Até o momento, não se tem visto notícia de que qualquer deles tenha aderido à proposição dos parlamentares e tenha passado a receber apenas um salário mínimo. Desse modo, torna-se mais robusto o argumento daqueles que consideram a promessa de não receber salários como estratégia meramente eleitoreira.

Nenhuma legenda antes de Zema e do Partido Novo havia proposto, de maneira consequente, que secretários de estado deixassem de receber o salário que lhes é devido em contraparte pelo serviço que prestam. Em recente entrevista, o próprio governador afirmou que, ao registrar em cartório a promessa de campanha de que ele e seus secretários abririam mão de seus salários, julgava que tinha poucas chances de vencer a eleição, mas que agora tinha de se haver com a “sinuca de bico” na qual ele mesmo havia entrado.

A reação do governador logo após a aprovação da reforma administrativa com inclusão das duas emendas problemáticas aqui discutidas criou novos melindres entre os deputados. Num primeiro momento, o governador reagiu à proibição do pagamento de jetons dizendo que a decisão dos deputados era acertada e que o governo haveria de encontrar uma forma de aumentar salários para o secretariado. Esse argumento tem sido lembrado até mesmo por deputados da base do governo que dizem ter a intenção de derrubar o veto do governador.

Juntamente com o veto, o governador publicou um decreto para regulamentar o recebimento de jetons. Secretários de estado serão impedidos de receber valores que ultrapassem o teto estadual do serviço público (cerca de R\$ 35 mil). Contudo, também essa medida pode encontrar resistência entre os parlamentares. De acordo com o jornal **Estado de Minas** (30 mai. 2019), o autor da emenda que proibiu o pagamento de jetons, deputado Alencar da Silveira Júnior (PDT), declarou que considera que os secretários de estado não poderiam receber mais do que um parlamentar (R\$ 25,3 mil brutos), pois isso lhes daria vantagens eleitorais: “não vou aceitar que um secretário ganhe mais que um deputado e fique em cima das nossas bases fazendo política e distribuindo verba para depois disputar a eleição para a Assembleia e a Câmara”.

Afirmções como essa têm levado analistas a verem com desconfiança a postura dos deputados estaduais frente à questão do pagamento de jetons. Suspeita-se que, por trás da alegada moralização e do corte de gastos, existam outras disputas políticas. Entre os analistas da política mineira há quem reclame, por exemplo, de que os deputados não têm demonstrado o mesmo zelo frente a outras flagrantes disparidades salariais que existem no estado mineiro: membros do Judiciário, do Tribunal de Contas estadual e de corporações militares ou policiais.



Não consta que haja qualquer proposta para tornar os salários pagos à elite do funcionalismo mais compatíveis com o que ganha a média da população e mesmo a média dos servidores públicos. Ao contrário, vários deputados têm declarado publicamente que seriam favoráveis a um aumento direto no salário dos secretários de estado. Aqueles que defendem esse argumento dizem considerar o valor pago atualmente insuficiente para remunerar uma função de tão grande responsabilidade. O governo compartilha esse mesmo ponto de vista e chegou a elaborar uma planilha com os salários de secretários em outros estados onde a remuneração para o cargo é maior do que a de Minas.

Tecnicamente, é inviável dar aos secretários um aumento salarial que – no dizer dos governistas – tornaria a função mais “atrativa”. Não seria possível aumentar salários, pois, o estado ultrapassou o teto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, já em 2017 o custo da folha de pessoal em Minas chegou a 79,2% da receita corrente líquida, dado que considera as receitas provenientes de tributos e transferências, descontados os valores repassados a municípios. O limite legal seria de 60%.

Contudo, a maior dificuldade enfrentada por Zema para propor um aumento salarial para sua equipe é política. Semelhante decisão implicaria agravar o enfrentamento com os deputados. Basta considerar que o debate sobre os jetons já conduziu o governo ao impasse descrito ao longo deste texto. Por si só, essa questão já rendeu ao governador censuras que trataram como inconsequente o seu discurso de campanha. Sem uma base parlamentar estável, uma proposta do Executivo para aumentar salários pode representar atrair mais uma derrota para o governo no Legislativo.

O desafio mais grave é enfrentar a própria opinião pública. Até o mês de maio, pesquisas divulgadas na mídia colocavam a avaliação sobre o governo como regular para 40% dos entrevistados. No mês de março, outra pesquisa dizia que Zema detinha 59,8% de avaliação positiva. Nas análises publicadas na mídia, enxergou-se nesses dados um viés de baixa. Contudo, novas pesquisas deverão permitir avaliar de modo mais preciso o modo como a população tem avaliado o desempenho do governo.

Seja como for, o governador ainda aparenta ter um capital político junto à população. A questão é que tal capital costuma ser volátil. Não se sabe como a opinião pública assimilaria uma proposta de aumento salarial que beneficiasse os secretários de governo, entrando na contramão de um dos principais discursos que conduziram Zema e seu partido à vitória nas urnas.

Em que pesem as technicalidades, o pagamento de jetons também é uma forma de conceder aumento salarial. É com essa finalidade que, assumidamente, o governo tem enfrentado o desgaste de defender uma proposta que contraria seu discurso de campanha. Trata-se, no entanto, de um aumento salarial dissimulado, dificilmente justificável frente ao eleitorado que o conduziu ao cargo por acreditar em suas promessas de adoção de “novas” práticas de governo.

Entre os analistas que discutem essa questão, três argumentos têm sido apresentados para questionar o pressuposto de Zema, segundo o qual o salário de seu secretariado é baixo. O primeiro deles considera que o salário de R\$ 10,7 mil representa o quádruplo da média salarial brasileira que, de acordo com o IBGE, é de R\$ 2.340. Na realidade do Brasil atual não se poderia dizer, então, que esse salário é baixo.

O segundo argumento questiona a afirmação do governador segundo a qual o valor pago estaria abaixo das qualificações profissionais dos secretários. Os críticos dizem, no entanto, que o valor praticado já supera o que recebe, em média, um servidor público mineiro. Nesse caso, o governo deveria propor uma revisão mais ampla dos salários que se paga a um servidor em Minas Gerais. Caso contrário, estaria sendo estimulada uma elitização mais aguda, que separaria ainda mais um secretário de governo do restante dos servidores.

Há segmentos do setor público estadual cujos proventos por vezes ultrapassam os R\$ 33,7 mil estabelecidos pela lei como teto salarial. Pergunta-se, então, qual seria o parâmetro em relação ao qual o salário de um secretário deveria ser adequado. Aumentando ainda mais a distância entre um secretário e um servidor público cujo rendimento está mais próximo da média estadual, o governo ficará com a difícil tarefa de explicar por que estaria se servindo de uma situação excepcional para definir o salário de seu secretariado. Como se vê, trata-se de uma medida fortemente impopular.

Tem-se ouvido um terceiro argumento para rechaçar um aumento salarial para o secretariado. Nesse caso, questiona-se a referência usada pelo governo quando afirma que o salário dos secretários é baixo em comparação com os valores praticados pela iniciativa privada para funções de gestão. Nesse caso, vários são os problemas que se levantam. Um deles é a impossibilidade de se comparar o cargo de secretário de estado com qualquer outro cargo em uma empresa privada.

Quem faz esse raciocínio crítico entende que as diferenças entre as duas funções (administrador público *versus* gestor de uma empresa) são tão grandes que não há qualquer possibilidade de aproximação entre as duas funções. Sobretudo, considera-se que uma empresa é pautada pela superação de produtividade e pelo aumento do lucro. O entendimento empresarial da ideia de eficiência é compreendido de maneira linear e não poderia ser mais alheio à ideia de eficácia de uma política pública.

Sem encontrar uma solução para a questão dos jetons e da remuneração do secretariado, no final de junho, o governo devolveu o problema para a Assembleia Legislativa, à qual cabe agora a decisão sobre o impasse. Ao justificar seu veto, o governo chamou a atenção para o fato de que um erro técnico na redação da emenda abriria a brecha para que o governo continue pagando jetons, mesmo com a derrubada do veto. O texto da emenda trata jetom como “parcela indenizatória”, quando, na verdade, é uma “verba remuneratória”.

Como diz o governador, existe na emenda “uma incorreção técnica para os fins pretendidos”. Declara que não se servirá desse subterfúgio, mas que esperará que a Assembleia aponte uma solução, por considerar que a medida “contraria o interesse público”, pois a participação dos secretários nos referidos conselhos seria estratégica para o estado e teria o necessário amparo normativo.

Dessa forma, a questão está sendo ressignificada pelo governo. O discurso governista tem procurado reinterpretar a derrota devolvendo o problema para o Parlamento e implicando os deputados na solução do impasse. Mesmo a discrepância entre o discurso de Zema antes e depois das eleições tem encontrado leituras alternativas. De acordo com o líder da base governista na Assembleia, deputado Gustavo Valadares (PSDB), “não se pode governar com demagogias que foram praticadas em tempos eleitorais. É um governador que evoluiu e está mais maduro”. A declaração se refere ao fato de que, contrariando sua promessa, o governo do Novo manterá as “velhas práticas” condenadas durante a campanha.

## GOVERNO ZEMA E ESTADO MÍNIMO

Decorreram os primeiros seis meses de mandato do governador Romeu Zema (Novo). Além da reforma administrativa cujos capítulos finais ainda serão vistos no próximo semestre, não houve outra medida de maior amplitude para sanar a grave crise por que passa o estado. Déficit bilionário, contas a pagar, proventos trabalhistas em atraso, confisco dos repasses tributários devidos aos municípios são alguns elementos do cenário com que se defrontou o governador.

Para resolver problemas tão complexos, o candidato Romeu Zema e seu partido venceram as eleições com a promessa de que teriam uma solução e que apenas um “gestor”, um “empresário de sucesso” seria capaz de adotar as medidas necessárias. Boa parte do seu receituário consistia na recusa ao modo político tradicional de administração. Em lugar disso, haveria uma gestão baseada em critérios técnicos. Para isso, era indicado – assim se dizia – um governador com vasta experiência na gestão de negócios.

Esse discurso criou uma certa expectativa de que, assumindo o governo, medidas mais incisivas e mais eficazes viessem a ser tomadas. Em 2019, a situação da economia estadual se agravou. As razões são várias e alheias às possibilidades de contenção de um governador de estado. No entanto, aos fatores externos acrescentou-se a paralisação de grande parte das atividades da Vale após o crime ambiental e humano causado por essa empresa em Brumadinho. Em consequência do arrefecimento econômico, a arrecadação tributária também passa por seus piores momentos.

A máquina estadual não parou até o momento graças a uma decisão liminar obtida junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o pagamento da dívida de Minas Gerais com a União, que é seu principal credor. O pagamento de aproximadamente R\$ 6 bilhões anuais foi suspenso enquanto

se encaminha a negociação entre o estado de Minas e o Governo Federal. A omissão desse pagamento tem criado condições para que a máquina pública mineira continue ativa.

Graças a esse fato o governo Zema pôde fazer o acordo com as centenas de prefeituras do interior para efetuar os repasses tributários que deixaram de ser pagos no final do mandato de Fernando Pimentel (PT). Também tem sido possível pagar à prestação o décimo-terceiro salário aos servidores que deixou de ser pago em dezembro passado. Não se fala em reajuste salarial ao funcionalismo e seguem paralisados as obras e os investimentos no estado.

Fora isso, as soluções defendidas por Zema durante sua campanha eleitoral se mostraram inócuas. Já se discutiu acima o reflexo pouco significativo da redução de secretarias e da alegada diminuição dos cargos comissionados. A propagada abstenção do uso das aeronaves, a recusa do palácio reservado à moradia do governador, entre outras medidas já tomadas podem ter tido algum apelo eleitoral, mas seu efeito prático foi discutível. Talvez esses gestos possam se revestir de algum valor simbólico, na medida em que criam ares de austeridade, mas produzem reduzido impacto nas contas públicas.

Nas reuniões da “Assembleia Fiscaliza”, deputados fizeram muitas críticas ao governo, acusando-o de haver executado percentuais muito baixos do orçamento estadual no tocante a diversas políticas públicas. Assembleia Fiscaliza é uma iniciativa do Legislativo com o objetivo de aprimorar o cumprimento da atribuição dos parlamentares de fiscalizar o Poder Executivo, a quem cabe a execução do orçamento e a implementação de políticas públicas. A cada quatro meses, secretários de estado e outros servidores em cargos de gestão deverão comparecer à Assembleia para apresentar informações sobre as políticas sob sua responsabilidade. Esta é a primeira vez que um governo teve de fazer tal prestação de contas. Outras seções devem ocorrer ainda em outubro de 2019 e, depois, em fevereiro de 2020.

Um dos temas de destaque na reunião do Assembleia Fiscaliza, realizada em junho, foram os “baixíssimos índices de execução orçamentária de vários programas da área de saúde nos primeiros quatro meses do governo de Romeu Zema” (**Portal da ALMG**, 19 jun. 2019). Há hospitais com obras paradas e repasses do estado estão atrasados. Alguns programas ficaram, praticamente, sem os investimentos previstos. É o caso da vigilância epidemiológica (2,51%), da vigilância sanitária (5%) e da assistência farmacêutica (0%). Esses dados foram divulgados no portal da Assembleia Legislativa.

A justificativa do governo é a de que se trata do início de um governo, complicado pelo déficit de R\$ 6 bilhões na saúde e pelo volume de restos a pagar do governo anterior. Segundo a Secretaria de Saúde, no ano passado, ainda sob o governo de Fernando Pimentel, apenas a metade do orçamento foi executada. No tocante às obras paralisadas, destaca-se como proposta do governo a criação de parcerias com consórcios municipais e com a iniciativa privada.

Outro tema controverso deste início de governo têm sido as políticas ambientais e a situação das barragens de mineração. O passivo criado pela exploração mineral foi um dos temas candentes da reunião da Assembleia Fiscaliza com a Secretaria de Meio Ambiente.

No entanto, a maior polêmica relativa a esse tema aconteceu em Brasília, na Câmara dos Deputados, no final de junho, quando a bancada do Partido Novo – que é o partido do governador – votou contra um projeto de lei (PL 2788/2019) que estabelece “regras de responsabilidade social do empreendedor”. Esse projeto, aprovado pela Câmara, resulta dos trabalhos da Comissão Externa de Brumadinho, criada após a ruptura da barragem da Vale em janeiro. Nele fica estabelecida a obrigatoriedade de indenizar as vítimas e são definidos os critérios de reparação indenizatória em caso de ruptura ou vazamento de barragens.

Raramente questões ambientais conseguem apoio majoritário no Congresso, no qual estão mais representados os segmentos econômicos do agronegócio e do extrativismo mineral. No entanto, o projeto tramitou e foi aprovado em questão de meses, talvez facilitado pela comoção em face das centenas de mortes causadas pela atividade minerária em Brumadinho.

Apesar de ter tido o apoio da maioria dos deputados federais, toda a bancada do Partido Novo votou contra o projeto. Deputados do PSL também votaram contra o projeto, mas pelo menos a bancada mineira desse partido contribuiu para que o projeto de lei fosse aprovado. Essa coesão do Partido Novo levou a uma repercussão negativa na Internet: o *site* **Congresso em Foco** (25 jun. 2019) chega a considerar que essas duas legendas formam um alinhamento “a favor das empresas de mineração” e contra os mineiros e contra as vítimas da Vale em Brumadinho.

A bancada de deputados federais do Partido Novo publicou uma nota em que nega ter votado contra o povo de Brumadinho e explica seu voto contrário ao PL 2788/2019, por considerar que esse projeto trata de forma igual empreendimentos de dimensões diferentes. Uma barragem de resíduos sólidos – dizem os deputados – não deveria ter o mesmo tratamento que uma outra, de um pequeno produtor. A nota afirma: “o partido votou contrariamente à proposta por entender que ela poderá prejudicar uma série de pessoas que não têm relação com os desastres de Mariana e Brumadinho.”

Ao concluir, o documento reafirma os princípios ideológicos do Partido Novo, baseados na ideia – que, na Europa, florescia na década de 1980, mas cujas raízes se aprofundam no já distante século XIX – de que a presença do Estado é um entrave para o desenvolvimento. Esse ideário reedita, na voz do Novo, ideários como aqueles que dizem que “o Estado não pode ser inimigo de quem quer empreender” e que “é preciso dar mais espaço para a iniciativa privada”.

Essa perspectiva gera um choque, principalmente, com os movimentos sociais que a consideram como um olhar extremista, por entenderem que, na prática, o “Estado mínimo” implica um Estado descomprometido com a proteção dos cidadãos, em especial daqueles mais fragilizados. O cidadão ficaria –

dizem tais críticos – à mercê de regras de mercado que, não raras vezes, tardam a se fazer sentir. Nessa demora, uma minoria conseguiria alcançar proveito próprio, enquanto a maioria dos cidadãos seria prejudicada.

## O PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Quando o assunto é a recuperação econômica de Minas Gerais, o governo Zema já deixou claro que possui uma única estratégia. No final do primeiro semestre, começou a dar mostras de que vai defender a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal.

Para que isso se efetive, são aguardados os desenlaces em questões que se encontram em alçadas fora do alcance de ação do governo. A primeira dessas questões, que tendem a ser resolvidas em breve, é a reforma da previdência. Na votação dessa reforma que segue tramitando no Congresso ainda pode ser reacendida a proposta de incluir estados e municípios nas regras novas. Se isso vier a ocorrer, poderia ser facilitada, aqui em Minas Gerais, a aprovação de um dos aspectos mais impopulares e de mais difícil trâmite entre os deputados: o aumento da contribuição para o Instituto de Previdência (Ipsemg), que é descontada mensalmente dos servidores.

Outro caso com reflexos sobre a estratégia do governo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal é o ressarcimento da Lei Kandir, que poderia trazer abatimentos significativos na dívida de Minas com a União. Em virtude dessa lei, empresas que exportam produtos primários e semielaborados ficaram isentas do pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Sem uma regulamentação que tratasse do ressarcimento aos estados pelas perdas, a União foi acumulando uma dívida com Minas Gerais que é estimada em R\$ 135 bilhões.

Mesmo que tal ressarcimento implicasse apenas o abatimento de parte da dívida que, por outro lado, Minas Gerais mantém com a União, o estado já deixaria de transferir bilhões de reais todos os anos para o Governo Federal. Isso implicaria uma gestão mais confortável nas contas de Minas Gerais.

Esse tema será objeto de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) em agosto. O Parlamento mineiro – reticente em relação ao Regime de Recuperação Fiscal – tem dado mostras de que vê nesse acordo uma saída para o drama vivido pelo estado. Por outro lado, diversos artigos na mídia têm chamado a atenção para o fato de que o governador Romeu Zema não parece apostar nesse plano: sua proposta é a adesão à cartilha federal, com a privatização das estatais e a redução da máquina pública, nos limites do chamado “estado mínimo”.

Vale lembrar que, aderindo ao Regime de Recuperação Fiscal, o estado de Minas Gerais deverá abrir mão de ações judiciais que têm (ou possa vir a ter) para reaver valores que lhe sejam devidos pela

União. Na prática, isso significaria, entre outras coisas, desistir da disputa pelo ressarcimento dos prejuízos que a Lei Kandir causou aos cofres públicos mineiros.

As medidas a serem tomadas para aderir ao projeto de recuperação fiscal são duras e polêmicas. As exigências são muitas e os resultados, aparentemente, são poucos. Até o momento, apenas o Estado do Rio de Janeiro aderiu a esse Regime. Contudo, tampouco o Rio está conseguindo honrar os compromissos firmados após a renegociação e o governador Wilson Witzel (PSC) tem dito que a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal não trouxe benefícios reais ao seu estado.

A lista de condições apresentada pelo Tesouro Nacional para que Minas Gerais possa renegociar a dívida de cerca de R\$ 90 bilhões que tem com a União é longa. Nela está incluída a venda da Cemig, da Copasa e da Codemig. Salários de servidores deverão ser congelados. Servidores comissionados e que não tenham direito a estabilidade deverão ser demitidos. Também os concursados podem ser exonerados, se as outras medidas não forem suficientes. A contribuição à previdência será aumentada para servidores ativos e inativos. Essas são apenas algumas das medidas prescritas. Desinvestimento e alienação de ativos são as palavras-chave do Regime de Recuperação Fiscal.

O primeiro passo em direção ao Regime de Recuperação Fiscal já foi anunciado por Zema no final de junho. Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) será enviada à Assembleia Legislativa, retirando a exigência de consulta popular para a desestatização da Cemig.

Em favor da venda, diz-se que a Cemig necessitaria de um investimento de R\$ 21 bilhões para aprimorar a geração, a transmissão e a distribuição de energia. No entanto, a empresa disporia de apenas R\$ 6 bilhões nos próximos anos. Ao estado caberia fazer, então, o aporte de R\$ 15 bilhões e não existe esse dinheiro nos cofres públicos. Do ponto de vista do atual governo, portanto, a presença do estado como acionista está “travando” o desenvolvimento que a Cemig poderia capitanear.

Dentre os argumentos contrários às privatizações, destaca-se o fato de que a Cemig, a Copasa e a Codemig – empresas cuja desestatização está sendo exigida pelo governo federal – respondem por mais da metade (55%) dos investimentos que o estado fará em Minas Gerais em 2019. As três empresas investirão R\$ 1,8 bilhão, enquanto o estado deve aplicar R\$ 3,42 bilhões neste ano.

Considerando-se separadamente apenas a Cemig, existe a constatação de que, somando-se os investimentos feitos e os dividendos pagos pela empresa apenas nos últimos dois anos (2018 e 2019), obtém-se o aporte ao estado no valor de R\$ 3,33 bilhões. Esse valor é pouco inferior aos R\$ 4 bilhões que se espera arrecadar com a venda da Cemig. Mesmo as estimativas mais altas chegam a R\$ 10 bilhões que serão obtidos pela desestatização dessa Companhia.

Ainda que se realize o valor mais alto dessas projeções, tratar-se-ia de um valor (R\$ 10 bilhões) que o estado poderia alcançar em poucos anos, caso mantivesse a propriedade da empresa. Privatizadas,

Cemig, Copasa e Codemig passam a gerar ativos e investimentos para seus acionistas, e não mais para o estado de Minas Gerais.

A regra atual determina a realização de um plebiscito para que os cidadãos mineiros autorizem a desestatização da Cemig e da Copasa. Existem grandes chances – e o governo sabe disso – de que a população reprove a transação. Entende-se ser mais difícil convencer a população mineira do que fazer 48 (dentre os 77) deputados formarem uma visão favorável para que se autorize a privatização. O governador diz que a opção pelo referendo seria cara e trabalhosa. Afirma também que a população não tem informação suficiente para opinar corretamente. Já os deputados – ele diz – teriam condições para “tomar uma decisão mais adequada que a própria população”.

Já com relação ao funcionalismo público – segmento a ser duramente afetado pelo RRF –, vale lembrar que também no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal se discute a possibilidade de se reduzirem jornada e salários de servidores. Isso teria um forte impacto sobre Minas Gerais, que é o estado com o maior comprometimento da arrecadação de impostos (aproximadamente 80%) destinada ao pagamento de salários, computados os servidores ativos e inativos. O limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal já foi ultrapassado, portanto, em 20%.

No entanto, o programa de Recuperação Fiscal tem sido considerado muito radical. Mesmo entre deputados que são da base aliada o projeto de Zema tem sido chamado de “ultraliberal”, supostamente mais radical do que os “neoliberais”. Declarações de lideranças do PSDB fazem crer que nem mesmo eles – geralmente identificados com propostas neoliberais – darão sustentação ao projeto do governo. Um blog que faz análise da política mineira argumenta que essa resistência se deve ao fato de que, para cumprir as exigências federais, Zema teria a intenção de “vender não apenas algumas, mas todas as estatais mineiras, entre elas, a Cemig, tida como joia da coroa” (**Blog do Orion**, 08 maio 2019).

Além disso, deputados de diferentes partidos têm externado sua sensação de que Zema não estaria demonstrando empenho para construir, no Legislativo, o apoio de que suas propostas necessitam. Há quem diga que o governador segue mantendo a mesma atitude de “desvalorização” e “demonização” da política, como se negociar com os deputados fosse ato asqueroso.

Desse modo, os parlamentares não se veem motivados a encampar um projeto altamente impopular. Se aprovado, a vantagem política decorrente disso caberia inteiramente ao governador e a seu partido. Aos deputados restaria o desgaste junto a seus eleitores e o enfrentamento de toda sorte de protestos que possivelmente aconteceriam, caso o Regime de Recuperação Fiscal seja votado na Assembleia. Por outro lado, se os deputados não trabalharem pela aprovação dessa adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o governador terá a possibilidade de culpar o Parlamento pelo eventual fracasso de sua gestão.



Por fim, a atitude de desconfiança dos deputados tem uma fundamentação empírica: baseia-se numa percepção do que aconteceu com o Estado do Rio de Janeiro no processo de acomodação às exigências do Governo Federal para receber o mesmo tipo de ajuda. Todos os sacrifícios que foram impostos à população fluminense – em particular, aos servidores públicos – foram compensados com uma ajuda inferior a R\$ 3 bilhões.

A cifra pode parecer impressionante, mas não surtiu o efeito que se esperava, porque, afinal, o problema financeiro dos estados é estrutural e dificilmente será resolvido sem uma revisão mais profunda do pacto federativo e de outros aspectos tributários. Frente à proposta de venda das estatais, vários estudiosos têm questionado o que se fará quando já não houver mais empresas para vender e a crise econômica continuar.

A continuidade da crise é dada como certa, porque – mesmo se Minas Gerais conseguisse um aporte duas vezes maior do que o valor obtido pelo Rio de Janeiro – o auxílio federal seria suficiente para pagar a folha salarial referente a pouco mais de um mês. O Estado teria se desfeito de um patrimônio material e simbólico dos mineiros sem que o problema fosse sanado.

Há mais custos do que benefícios, afirmam vários parlamentares, que são os responsáveis pela aprovação do projeto. O governo Zema, porém, diz ser esta a única saída para a crise. Deputados de partidos diversos já vislumbram uma intensa mobilização popular que deixaria a Assembleia sitiada em caso de votação de um projeto com semelhante teor. A história ocorrida no Rio de Janeiro pode se repetir aqui.

## GOVERNO REVÊ OPINIÃO SOBRE USO DE AERONAVES

Críticas contundentes foram feitas pelos parlamentares durante a tramitação da reforma administrativa. O Executivo foi acusado de ter uma prática sem congruência com seu discurso de campanha. Diversos foram os fatos lembrados por deputados como indicativos de descumprimento de promessas eleitorais.

Foi lembrada, por exemplo, a declaração do governador de que não usaria as aeronaves do estado. O assunto veio à tona, pois, no período em que tramitava no Legislativo o projeto de reforma administrativa, o jornal **O Tempo** divulgou que o helicóptero do estado havia sido utilizado, no feriado prolongado de 21 de abril, para transportar o vice-governador e sua esposa de um *spa* de luxo em Macacos para Ouro Preto.

A notícia ganhou repercussão nacional quando a **Folha de São Paulo** (25 abr. 2019) chamou a atenção para a mudança do discurso do governador. Em campanha, Zema havia prometido “acabar com a farra dos voos”, referindo-se ao fato de que até familiares de seus predecessores haviam se beneficiado com o uso das aeronaves do estado.

Ao se deparar com as dimensões geográficas do estado, Zema se deu conta de que o uso dos aviões e do helicóptero é “imprescindível”. Venderam-se dois aviões; transferiram-se outros dois para a Polícia Militar. “Segurança”, “agilidade” e “mobilidade” passaram a figurar como justificativa para repetir aquilo que foi censurado aos “políticos” que antecederam o atual governador.

## NOVA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO NO GOVERNO DO ESTADO

A incongruência entre aquilo que Romeu Zema prometeu quando era candidato e as decisões que têm tomado em seu governo é um tema recorrente. No mês de março, havia chamado a atenção o embate entre o governo e a mídia tradicional mineira. Seguindo uma atitude parecida com a que se vê no governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL), também o governador estava priorizando o contato direto com seus seguidores em redes sociais. Campanhas publicitárias tradicionalmente encampadas pelo estado vinham deixando de ser feitas.

Jornais, rádios e canais de televisão viram minguar os recursos de um de seus principais anunciantes: o governo do estado. À medida que a mídia tradicional intensificava suas críticas, diversos memes foram divulgados na internet, expondo os valores que haviam sido pagos pelo governo Pimentel, entre 2015 e 2018, a esses órgãos de comunicação. Até aquele momento – dizia-se –, graças ao jeito “novo” de governar de Romeu Zema não haviam sido feitos gastos com a mídia tradicional.

Entre os críticos do governo Zema, há quem diga, porém, que o investimento na comunicação de massa não pode ser, por si só, considerado um gasto desnecessário. Naquele período deixaram de ser feitas gastos publicitários importantes, como a campanha educativa de combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Tratava-se, na visão do governo, de conter também essa despesa. Como campanhas preventivas têm um papel fundamental no controle de epidemias, os casos da doença voltaram a se multiplicar em diversas regiões do estado, mesmo numa época do ano em que os casos tendem a diminuir. Diversos analistas têm sugerido (e alguns afirmado enfaticamente) a existência de uma relação de causalidade entre os dois fatos.

O fato é que, já em maio, estavam voltando a circular as campanhas midiáticas, tal como havia feito o governo anterior, que fora objeto de críticas do então candidato pelo Partido Novo. No embate entre o governo e o mercado dos veículos de imprensa, saiu vitorioso o grupo das mídias – tradicionais e digitais. Já no final de junho, estava sendo veiculada a campanha do governo, apresentando o programa de recuperação financeira como a única saída possível para o estado mineiro.

## DEPUTADO DIVULGA LISTA DE POLÍTICOS DO PSDB EM CARGOS IMPORTANTES DO GOVERNO ZEMA

Ainda no início de outubro de 2018, enquanto ainda se organizava para disputar o segundo turno das eleições de que saiu vencedor, Romeu Zema fez uma dura declaração contra o PSDB, quase tão incisiva quanto aquelas que já havia lançado contra o PT: “os tucanos representam os mesmos políticos de sempre. O mineiro e o brasileiro estão cansados dos mesmos políticos” (**Folha de São Paulo**, 7 out. 2018).

Por essa razão, causou estranhamento a lista em que o deputado João Vítor Xavier, egresso do PSDB dias antes, torna público o nome de 58 pessoas filiadas a esse partido e que ocupam cargos no alto escalão do Governo Zema. Mesmo antes da posse de Zema já se sabia que o PSDB seria, para o novo governo, um aliado indispensável. O governo e membros de sua base aliada trataram de defender a legitimidade dessa relação entre as duas legendas.

De fato, é unânime entre os analistas políticos a constatação de que a participação de um partido em um governo é inteiramente legítima quando há identidade ideológica e programática. No entanto, o confronto deste fato com o comentário feito pelo governador, disseminado por veículos de mídia locais e nacionais, deu ao caso a sua maior repercussão.

Outros analistas políticos limitaram-se a entender o ocorrido como uma consequência das simplificações operadas pela antipolítica que, em uma espécie de didatismo, oferece ao eleitor excessivas simplificações. Ao chegar ao governo, a realidade – sempre mais complexa – se encarregaria de expor o eleito ao constrangimento de confrontar-se com as imprecisões e os falseamentos que cometeu.

Há uma terceira forma de interpretar esse ocorrido. Tem se chamado a atenção para um claro limite das regras eleitorais atualmente em vigor: permite-se a um candidato fazer propostas notadamente enganosas, mas inexistem mecanismos para forçá-los a ser consequentes com aquilo que dizem. Como o caso Zema demonstra, o hábito que alguns políticos têm de registrar suas intenções em cartórios parece não gerar efeito vinculativo, nem do ponto de vista jurídico e nem político.

## CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

### Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 – Belo Horizonte – MG

Site: [www.nesp.pucminas.br](http://www.nesp.pucminas.br) | E-mail: [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) | Telefone: 3319-4978

### Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP  
José Zanetti Gonçalves - RENSE

### Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Robson Sávio Reis Souza

### Redator

Claudemir Francisco Alves